



Agência Nacional de
Saúde Suplementar



Despacho nº 51 /2016/PRESI/ANS

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2016.

Processo: 33902.007684/2016-31

Interessado: LOCRHON LOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

Contrato Administrativo: 01/2011

Assunto: Recurso Administrativo

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
PRESIDÊNCIA

Protocolo nº 33902. 448544 /20 16-10

Data Registro: 10 / 05 / 2016

Hora Registro: 16:24

Assinatura: Marcus

I - Relatório

1. Trata-se de recurso administrativo contra decisão do Gerente-Geral de Administração e Finanças da ANS em processo apuratório de inexecução contratual pela sociedade empresária LOCRHON LOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 32.624.116/0001-98, Contrato Administrativo nº 01/2011, cujo objeto, em síntese, é a prestação de serviços de apoio administrativo, nas funções de auxiliar de serviços gerais e secretária, nos núcleos da ANS.

2. O Gerente-Geral de Administração e Finanças, em decisão de 1ª Instância (fls. 347), subsidiado na manifestação da Gerência de Contratos e Licitações, após notificação prévia, decidiu pela aplicação da penalidade de advertência, com fulcro na Cláusula Décima Quarta, item 14.3, alínea "a" do Contrato nº 01/2011, pelo descumprimento das alíneas "j" e "m" do item 10.2 do Termo de Referência e item 11.2, alíneas "c" e "f" da Cláusula Décima Primeira do referido Contrato.

3. Apreciado o recurso, a decisão foi mantida pela Autoridade Administrativa e encaminhada ao Diretor-Presidente, nos termos do art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93 e do art. 42, §1º, da Resolução Administrativa nº 47, de 2011.

4. Em relação à regularidade processual, a mesma foi observada, tendo a sociedade empresária se manifestado em todas as fases do processo. Não havendo, portanto, quaisquer óbices jurídicos que impeçam o julgamento em definitivo do presente processo, posto que foram devidamente atendidos todos os trâmites e instruções, com exercício do direito de defesa nas fases do processo, estabelecidos na legislação vigente.

II - Análise

5. Em que pese a reiteração dos argumentos apresentados, a recorrente não traz qualquer fato novo que possa influir na reavaliação da dosimetria da penalidade aplicada.

6. Com efeito, ao contratar com a ANS, a recorrente assumiu as obrigações constantes do Contrato Administrativo nº 01/2011, incluindo, dentre outras, o oferecimento de plano de saúde aos colaboradores e a presença constante de preposto nos locais da prestação de serviço. Diante da verificação de tais situações de inexecução contratual, contrariou os interesses da Administração na prestação dos serviços contratados, impondo à ANS situação de elevado risco de responsabilização.

7. Assim, da análise dos argumentos apresentados no Recurso, às fls. 351/355, não se vislumbra fato novo capaz de ensejar a modificação da *r.* Decisão.

III - Decisão:

8. Diante do exposto e acostado aos autos, e considerando que o Regulamento de Licitações e Contratos da ANS, aprovado pela RA nº 47, de 2011, estabeleceu competência ao Diretor-Presidente para o julgamento em grau de recurso, **DECIDO** pelo conhecimento do Recurso Administrativo, às fls. 351/355, para rejeitá-lo no mérito, mantendo penalidade de advertência, com fulcro na Cláusula Décima Quarta, item 14.3, alínea “a” do Contrato nº 01/2011, pelo descumprimento das alíneas “j” e “m” do item 10.2 do Termo de Referência e item 11.2, alíneas “c” e “f” da Cláusula Décima Primeira do referido Contrato.

9. Encaminhe-se à Diretoria Colegiada.



MARTHA REGINA DE OLIVEIRA

Diretora-Presidente Substituta 